

## Mais que uma epígrafe... **“Acha conveniente uma carta nossa?”: as cartas de Monteiro Lobato como meio de intervenção**

*Emerson Tin*

**P**artimos de um questionamento: o que era a carta para Monteiro Lobato? Missivista contumaz, escreveu cartas desde a mais tenra idade até os últimos dias de vida. E não poucas cartas. Escreveu, por vezes, várias por dia. Apesar dessa assiduidade no exercício epistolar, Lobato criticava o veículo carta, considerando-o ora “uma joça”<sup>1</sup>, ora “veículo pequenino demais quando se tem muito a dizer e embaraçoso quando não há assunto”<sup>2</sup>, “raso demais”, como uma “gôndola”<sup>3</sup>.

Nesse sentido, é curioso notar que Lobato tenha elegido a carta como o seu meio de intervenção por excelência. Escrevia tantas cartas que chegou a admitir, jocosamente, ao amigo Godofredo Rangel, em 5 de setembro de 1943: “Minha correspondência geral é incrível. Tenho cartas de todo mundo importante desta terra e de outras. Se procurar bem, sou capaz de descobrir algum autógrafo do *Pithecanthropus erectus*...”<sup>4</sup>. Como explicar essa profusão e essa constância na escrita das cartas se era um veículo tão precário para a expressão do pensamento? Paradoxalmente, devemos considerar que, se a carta seria uma joça, veículo raso demais, ao mesmo tempo ela ainda poderia ser eficiente para atingir determinados objetivos.

Vejamos um exemplo. Por meio da carta a Rodrigo Otávio Filho escrita em 26 de dezembro de 1920, Lobato tentava obter um

---

<sup>1</sup> Carta a Anísio Teixeira, 12 de abril de 1930 (Vianna & Fraiz, 1986, p. 51).

<sup>2</sup> Carta a Heitor de Morais, 15 de agosto de 1909 (Lobato, 1964, vol. I, p. 100).

<sup>3</sup> Carta a Anísio Teixeira, 20 de maio de 1945 (Vianna & Fraiz, 1986, p. 96).

<sup>4</sup> Lobato, 1964, vol. II, p. 353.

pagamento do Ministério das Relações Exteriores (em tempo: o destinatário era filho de Rodrigo Octavio Langaard Meneses, então subsecretário de Estado das Relações Exteriores do governo Epitácio Pessoa):

Recebi a tua carta. Infame contabilidade! Alem de tantas dificuldades peculiares ao negocio, o cambio a 9 e a contabilidade contra! Mas esperamos que V. saberá dar volta à coisa, e obter o pagamento malgré contabilidade. Acha conveniente uma carta nossa ao Azevedo Gafe<sup>5</sup>? Adeus, e obrigadissimo Lobato<sup>6</sup>

Note-se que a carta, a partir do questionamento do remetente, é vista como instrumento de potencial inconveniência: se inoportuna, se inapropriada, poderia surtir o efeito contrário ao pretendido.

Em outra carta, sem data, Lobato insistiria na tentativa de intervir por meio de uma carta para a obtenção do pagamento que lhe era devido: “Como esta duro o Ministerio, hein? Não acha V. que devamos escrever daqui uma carta ao Azevedo Marques<sup>7</sup> pedindo o obsequio de não ser caloteiro?”<sup>8</sup>

Dando prosseguimento ao seu intento, Lobato, exasperado pela inadimplência do Ministério, abandona o receio de ser inconveniente a carta e insta o destinatário (“Não acha V. que devamos escrever daqui uma carta ao Azevedo Marques [...]?”) a formular uma resposta afirmativa.

A carta, assim, aparece como um meio que poderia ser eficiente para algo bastante prosaico, como cobrar uma dívida. Veremos, porém, que a carta poderia ser eficiente não somente para cobrar uma

---

<sup>5</sup> Possivelmente, temos aqui uma corruptela jocosa em alusão ao então Ministro das Relações Exteriores (1919-1922) da presidência de Epitácio Pessoa, José Manuel de Azevedo Marques (1865-1943).

<sup>6</sup> Tin, 2007, p. 292.

<sup>7</sup> José Manuel de Azevedo Marques (1865-1943), Ministro das Relações Exteriores (1919-1922) da presidência de Epitácio Pessoa. Possivelmente, como apontamos anteriormente, o “Azevedo Gafe” mencionado na carta anterior.

<sup>8</sup> Tin, 2007, p. 292.

dívida, mas também eficiente para intervir socialmente, pedagogicamente, politicamente.

## 1. Intervenção social

Monteiro Lobato via a correspondência como uma obrigação social. Tanto que confessou a Cesídio Ambrogi, em 15 de janeiro de 1947: “nunca deixei carta sem resposta. Acho uma grande incivildade”<sup>9</sup>.

Marca da civilidade lobatiana, a carta poderia ser enviada como expressão da admiração, como é exemplo o cartão dirigido a Euclides da Cunha, em 20 de dezembro de 1906, parabenizando-o pelo discurso de posse na Academia Brasileira de Letras:

[cartão – papel timbrado: J. B. Monteiro Lobato]

Taubaté 20.12.06

Dr. Euclides da Cunha

Permitti que um desconhecido signifique por esta forma o entusiasmo, a admiração, a emoção inedita, o frisson novo, que o discurso de terça-feira lhe provocou na alma.

**M. Lobato**<sup>10</sup>

Esse cartão enviado a Euclides da Cunha, exemplar isolado, difere da correspondência, via de mão dupla que pede licença para ser estabelecida, licença que constitui o pacto epistolar, espécie de contrato que, se não obriga juridicamente os contratantes, obriga-os pela amizade a avivar periodicamente os laços que os unem. Em carta ao então colega de faculdade Godofredo Rangel, seu mais fiel e constante correspondente, datada de 09 de dezembro de 1903, Lobato formula o convite para a firmação do pacto:

---

<sup>9</sup> Tin, 2007, p. 367.

<sup>10</sup> Tin, 2007, p. 419.

Sigo logo para a fazenda e quero de lá corresponder-me contigo longa e minuciosamente, em cartas intermináveis – mas é coisa que só farei se me convencer de que realmente queres semelhante coisa. [...] Responda sem demora se está disposto a ser caceteado á distancia – telecaceteado! Pode dirigir a carta para Taubaté, para onde sigo nestes tres dias.<sup>11</sup>

Ano após ano, o pacto se renova pelas idas e vindas do correio, e as cartas são motivo de preocupação e, ao mesmo tempo, o meio de afastá-la, como se vê na abertura da carta escrita a Rangel, em 19 de março de 1947 (em tempo, essa carta, depositada no Fundo Monteiro Lobato do CEDAE/UNICAMP, foi incluída postumamente em *A barca de Gleyre*<sup>12</sup>, mas com a exclusão dessa frase inicial): “Tua ultima carta me preocupou, e vai esta buscar noticias”<sup>13</sup>.

## 2. Intervenção pedagógica

Forma específica de intervenção social, a intervenção pedagógica pressupõe, por um lado, relações de amizade, de respeito ou de admiração entre os missivistas e, por outro, por parte do remetente, um desejo, menos ou mais explícito, de ensinar.

A intervenção pedagógica de Monteiro Lobato por meio das cartas, nesse sentido, deu-se em dois momentos distintos. Quando jovem, era reconhecido como o “magister dixit”, aquele que dava a palavra final, que era acatada. Por exemplo, quando, imerso na leitura de Nietzsche, recomenda-o enfaticamente aos amigos, como em carta a Albino Camargo: “Nietzsche. Albino, Albino, vá atrás dêsse homem, Albino, manda buscar as suas obras e *penetra-as*. (...) Experimente. Com 30\$000 tens Nietzsche em casa.”<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Lobato, 1964a, vol. I, p. 32-33.

<sup>12</sup> Lobato, 1964a, vol. II, p. 381.

<sup>13</sup> Lobato. Carta a Godofredo Rangel depositada no Fundo Monteiro Lobato do CEDAE-IEL/UNICAMP (MLb 3.1.00195 cx4).

<sup>14</sup> Lobato, 1964b, vol. I, p. 78-80.

Seu interesse em Nietzsche era tanto que chegou a enviar um cartão com a fotografia do filósofo alemão para sua então noiva Purezinha<sup>15</sup>!

Em um segundo momento, já escritor consagrado, aconselhava os colegas de letras sobre os caminhos a percorrer. Ao poeta taubateano Cesídio Ambrogi, em carta provavelmente de 1946, é enfático: “Publique-se como puder. Não importa editor, contanto que os poemas saiam<sup>16</sup>.”

No mesmo ano de 1946, a 2 de setembro, dissuade Flávio de Campos de perseguir os mesmos caminhos que percorrera:

Flávio amigo, ora viva! deu-me grande prazer tua carta, depois de tantos séculos de silêncio. E encontro-te no mesmo lugar, na mesma Rua Alexandrino, na mesma Santa Teresa e na mesma velha luta por editor. Não posso te aconselhar o meu remédio, porque é tarde e o teu coração está muito grande. Tivesses 24 anos e coração pequenino, e eu te diria: Faze o que fiz. Vira-te editor, e então terás sempre editor em casa absolutamente conforme aos teus desejos e caprichos. Foi como fiz em 1917 e deu certo. E como faço ainda hoje. Entrei como sócio para a Editora Brasiliense e tirei meus livros do Octales; e agora vou na Argentina estudar o lançamento da Editora Continental, com muitos elementos dinheirosos daqui. Por quê? Para também lá *ter* editor como quero para os meus livros. Era o que eu te aconselharia, meu caro Flávio, a você um sol novo que anunciei mas ainda sempre impedido de soltar os raios.<sup>17</sup>

Mas a carta não era meio apenas de manter viva as relações sociais ou de pontificar junto aos pares. Embora “joça”, Lobato a via também como um potencial e potente meio de intervenção política.

---

<sup>15</sup> Esse cartão foi publicado em fac-símile, acompanhado de sua transcrição, em *Quando o carteiro chegou... Cartões-postais a Purezinha* (Organização e apresentação de Marisa Lajolo; transcrição e notas de Emerson Tin. São Paulo: Moderna, 2006).

<sup>16</sup> Tin, 2007, p. 371.

<sup>17</sup> Nunes, 1986, p. 71.

### 3. Intervenção política

Preocupado com a política com “P” maiúsculo, e não com as manifestações rasteiras a que nos acostumamos em nosso país, Monteiro Lobato utilizava também a carta para a manifestação de suas opiniões. Como bem descreveram os autores de *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*, “sem se filiar a organizações ou partidos políticos, Lobato sempre esteve presente nos debates sobre os problemas nacionais, e nunca deixou de opinar sobre os assuntos que afetavam a vida do país<sup>18</sup>”.

São muito conhecidas suas cartas a Getúlio Vargas, talvez os mais emblemáticos exemplos de sua atuação política, ou a carta que enviou, em 4 de junho de 1941, a Fernando Costa, logo que este assumiu o governo de São Paulo como interventor federal, verdadeiro libelo contra a violência e a desumanidade da famigerada Casa de Detenção, cujas dependências conheceu em 1941 como mais uma das vítimas do Estado Novo. Lembraremos aqui, porém uma carta mais antiga, datada de 9 de agosto de 1924 e dirigida ao então presidente Artur Bernardes.

Nosso objetivo não é entrar na própria discussão da carta, que defendia, em uma época de restrições democráticas, a adoção do voto secreto – discussão importantíssima, aliás, em tempos em que vemos, em todo o mundo, soçobrar a democracia e suas mais prezadas instituições. Essa discussão sobre o voto secreto seria retomada por Lobato em obras posteriores, como *Mr. Slang e o Brasil* (de 1927) e em *América* (de 1932), magistralmente analisados, respectivamente, por Tâmara Abreu e Milena Martins no livro *Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta*. O que pretendemos destacar aqui é a forma escolhida por Lobato: é por meio de uma carta, apresentada como um presente de aniversário, que Monteiro Lobato decide se dirigir ao mandatário do país para tratar da adoção do voto secreto:

---

<sup>18</sup> Azevedo; Camargos; Sacchetta, 1997, p. 151.

São Paulo, 9 de Agosto de 1924

Exmo. Sr. Dr. Arthur Bernardes:

Hoje, anniversario de V. Exa. trago com as minhas felicitações o meu presente: esta carta. Resumo nella uma serie de observações sobre o estado de espirito do nosso povo, que de ha muito venho estudando com a maior isenção de animo.<sup>19</sup>

Por que escolher um meio de intervenção “raso demais”, uma “joça”, enfim? Porque talvez, em mais uma de suas múltiplas contradições, Monteiro Lobato não enxergasse a carta realmente tão plena de defeitos assim. Talvez também porque a carta pudesse provocar um efeito de aproximação entre os missivistas: como “conversa escrita” que é, a carta teria o efeito de não apenas aproximar os correspondentes, mas também de torná-los mais benevolentes ao que se pretende argumentar. E talvez, por fim, porque, se a carta aviva as amizades, se a carta torna presentes os ausentes, ela também pode avivar feridas, ela também pode fomentar debates, ela também pode ser um eficiente meio de intervenção.

---

<sup>19</sup> O voto secreto – carta aberta ao Exmo. Snr. Dr. Carlos de Campos, 1925, p. 1-2.